

EDUCAÇÃO E POLITICAS EDUCACIONAIS: ALGUMAS NOTAS SOBRE AS ORIENTAÇÕES (NEO) LIBERAIS

Eduardo Comassetto – UNOESC
Naidi Carmen Gabriel – UNOESC

Eixo Temático: Estado e políticas públicas de educação

RESUMO

Atualmente percebe-se que são muitas as políticas públicas voltadas para o monitoramento e avaliação da Educação em âmbito nacional e internacional. Em especial, a Educação Básica demonstra ser prioridade para governos e organismos internacionais. Em função disto o objetivo desse ensaio teórico é abordar os principais pressupostos liberais e neoliberais atinentes à educação realizando algumas reflexões sobre as políticas educacionais no contexto do neoliberalismo. Para tanto, aborda-se as concepções de Educação, a partir de escritos de Adam Smith, Friedrich Hayek e Milton Friedmann, buscando perceber o desenvolvimento destas concepções e as relações com as políticas educacionais das últimas décadas, mais especificamente no campo da educação básica. Essa retrospectiva fomenta e embasa a discussão sobre as relações entre Estado e educação tendo como eixo as políticas para educação e seu financiamento. As considerações finais apontam para a centralidade do papel da educação (principalmente a básica) para solucionar os problemas sociais e econômicos.

Palavras-chave: Educação. Neoliberalismo. Política Educacional.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Assistimos, atualmente, a grandes reflexões que possuem como principal eixo de discussão a qualidade educacional. Ações, projetos, programas são realizados a fim de (supostamente) conquistar ou aumentar a qualidade no ensino, principalmente, o básico. Na maioria das vezes eles são efetivados através de medidas que traduzem a ação do poder público, regras e procedimentos informam a relação entre Poder Público e sociedade. Concordamos com Hofling (2001), quando diz que a política pública é o Estado implantando um projeto de governo e que mesmo uma política sendo governamental nem sempre é pública, embora seja estatal.

Entendemos que as políticas públicas têm a função de preservar as relações em determinada sociedade. Carregadas de ideologias, assumem formas que correspondem ao modelo de desenvolvimento econômico vigente.

O objetivo deste trabalho é neste sentido, propiciar uma discussão sobre políticas educacionais apresentando algumas reflexões a partir dos pressupostos liberais e neoliberais,

fazemos uma breve contextualização histórica enfocando a gênese e os processos que desencadeiam essas políticas. Por tanto, abordamos concepções de educação, a partir de escritos de Adam Smith, Friedrich Hayek e Milton Friedmann (representantes do liberalismo e neoliberalismo). Buscamos perceber entre essas concepções e o desenvolvimento das políticas educacionais, envolvendo o Banco Mundial e países pobres, pontos coincidentes na defesa da educação básica como estratégia de aquecimento do mercado sem onerar demais as contas públicas.

2 DO LIBERAL AO NEOLIBERAL: qual educação?

A escola que conhecemos hoje é fruto, principalmente, do pensamento burguês que se constituiu a partir da ascensão da burguesia, na segunda metade do século XVII e da revolução industrial conduzida pela nova classe dominante. Com as grandes revoluções da época, a burguesia passa a exercer o domínio econômico e também político nas sociedades europeias e norte americana. Começava um período de superação da fase manufatureira e mercantilista europeia, especialmente na Inglaterra. A base de tudo passa a ser a propriedade privada e a divisão do trabalho. A burguesia é proprietária dos meios de produção.

Para atender a demanda por uma sociedade mercantilista era preciso uma nova educação. A estruturação escolar ganha forma e conteúdo a partir da ideologia imbricada no modelo de desenvolvimento econômico em ascensão. Foi justamente o economista e filósofo escocês Adam Smith, conhecido como o pai da economia moderna e autor de “A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas” (1776) um dos primeiros a perceber a importância da educação para o funcionamento do sistema. Segundo ele “se as pessoas comuns não podem ser tão bem instruídas como as pessoas de alguma posição e fortuna, não deveriam então receber uma educação completa”.

Na linha liberal o trabalhador ideal não requeria uma educação refinada. Muito pelo contrário, bastava ao operário braçal conhecer o próprio fazer, que implicava, na maioria das vezes, o domínio de uma máquina qualquer e nada mais. É possível perceber esta ideia na obra de outro liberal, contemporâneo de Smith que defendia um nível baixíssimo de instrução para o trabalhador. O Holandês Bernard Mandeville, dizia que a felicidade de uma nação dependeria sobremaneira da existência de uma maioria de pessoas pobres e totalmente ignorantes, pois, saber demais aumenta desejos e, para a burguesia, pessoas em excesso, carregadas de ambições, tornariam árdua a tarefa de torná-las satisfeitas.

Apesar do temor de Mandeville pela educação e do desprezo evidente de Smith pelo desenvolvimento intelectual da grande massa, este, pelo menos, não descartava a participação do Estado na manutenção do sistema educativo. Adam Smith entendia que o Estado deveria até mesmo impor a educação básica à população atento ao fato de que educação das pessoas mais simples exige mais atenção do Poder Público do que o ensino dos filhos de gente com poder e fortuna. No entanto, ele condiciona o acesso escolar ao pagamento de certa quantia por parte da família à escola. Assim, Smith retira do Estado o encargo total desta área e diz que nem mesmo o professor deve ser remunerado totalmente pelo Poder Público, afirmando que quando o professor não é remunerado à custa do que pagam os alunos:

O interesse dele é frontalmente oposto a seu dever, tanto quanto isto é possível [...] é negligenciar totalmente seu dever ou, se estiver sujeito a alguma autoridade que não lhe permite isto, desempenhá-lo de uma forma tão descuidada e desleixada quanto essa autoridade permitir. Nesta situação, mesmo um professor consciencioso do seu dever, irá, acomodar seu projeto de ensino e pesquisa a suas conveniências, e não de acordo com parâmetros reais de interesse de seus alunos. (SMITH, 1985, p. 200)

No curso histórico do capitalismo, a crise de 1929 colocou em questão a solidez do modelo capitalista, bem como sua lógica do livre mercado, o que abriu espaço para a constituição de um modelo de Estado forte e interventor. São as teses Keynesianas que ganham ampla adesão após os anos 30 do século XX, resultando, de acordo com o pensamento de Keynes, na formação do Estado de Bem-Estar Social. Segundo este autor, não existem forças de autoajustamento na economia, tornando-se necessária a intervenção do Estado através de uma política de gastos públicos. No entanto, estas teorias começam a ser suprimidas a partir da crise do petróleo provocando o insucesso do Estado de Bem-Estar Social, na década de 1970.

Em função desta crise ganham força os ideais neoliberais através, principalmente, dos escritos de dois teóricos. O primeiro, Friedrich Hayek, ganhou destaque pela sua obra “O Caminho da Servidão” (1944), considerada o marco teórico da ideologia neoliberal. Sobre o campo educacional, Hayek postula que “[...] uma das funções principais do Estado seria auxiliar na difusão de conhecimentos e informações permitindo uma maior mobilidade econômica, sem haver centralização estatal” (1977, p. 46).

O segundo, Milton Friedman, teve grande influência nas decisões relacionadas à educação de governos neoliberais a partir dos anos de 1970. Em sua obra “Capitalismo e Liberdade” (1977), Friedman defende uma escola pública com obrigações mínimas. Na

verdade, ele entende que o Estado não deva arcar sozinho com os custos da educação popular. Para Friedman cabe ao governo dar uma soma aos pais para que coloquem os filhos na escola e possam até mesmo escolher o estabelecimento de preferência para a educação da família.

Os pais poderiam usar esta soma e qualquer outra adicional acrescentada por eles próprios na compra de serviços educacionais numa instituição “aprovada” (*aspas do autor*) de sua própria escolha. Os serviços educacionais poderiam ser fornecidos por empresas privadas operando com fins lucrativos ou por instituições sem finalidade lucrativa. O papel do governo estaria limitado a garantir que as escolas mantivessem padrões mínimos tais como a inclusão de um conteúdo mínimo comum em seus programas, da mesma forma que inspeciona presentemente os restaurantes para garantir a obediência a padrões mínimos (FRIEDMAN, 1977, p. 82).

Pelas ideias de Friedman, a educação aconteceria em um nível de concorrência entre escolas (públicas e privadas). As famílias escolheriam onde colocar os filhos para estudar. Isto “resolveria o problema das justas reclamações dos pais quando dizem que se mandarem os filhos para escolas privadas, pagam duas vezes pela educação – uma vez sob forma de impostos e outra diretamente. Assim, o desenvolvimento de todas as escolas seria garantido” (FRIEDMAN, 1977, p.85). O autor defende o “mercado virtuoso” até mesmo para a educação. Para ele, todo o progresso alcançado pelas economias não se deve à centralização das iniciativas nos governos, pois:

“tudo isso foi o resultado da iniciativa e do esforço de indivíduos cooperando através do mercado livre. As medidas governamentais prejudicaram em vez de favorecer tal desenvolvimento. Fomos capazes de suportar e superar tais medidas devido à extraordinária fecundidade do mercado. A mão invisível fez muito mais pelo progresso do que a mão visível do retrocesso” (FRIEDMAN, 1977, p. 170)

A definição do que seja educação para o autor de *Capitalismo e Liberdade* está bem clara quando defende um mínimo necessário de instrução para a grande massa e compara o ser humano a uma máquina com funções específicas que deve operar de forma mais produtiva possível para ser recompensada.

“trata-se de uma forma de investimento em capital humano precisamente análoga ao investimento em maquinaria, instalações ou outra forma qualquer de capital não humano. Sua função é aumentar a produtividade econômica do ser humano. Se ele se tornar produtivo, será recompensado, numa sociedade de empresa livre, recebendo pagamento por seus serviços – mais alto, do que receberia em outras circunstâncias”. (FRIEDMAN, 1977, p. 90).

Resgatando as palavras de Smith, que influenciou os liberais ao longo dos últimos 300 anos, uma colocação expressa bem até onde vai o interesse dos capitalistas pelo tema: “Ainda que o Estado não aufera nenhuma vantagem da instrução das camadas inferiores do povo, mesmo assim deveria procurar evitar que elas permaneçam totalmente sem instrução (SMITH, 1996, p. 249)”. É com esse pano de fundo dos pressupostos (neo)liberais para a educação que passamos a fazer alguns apontamentos a cerca da centralidade da educação básica e seu contexto de tensões entre Estado, Mercado e Sociedade a partir da década de 1990. De acordo com Paiva e Warde (1993) “há uma readequação do estado e formação de recursos humanos para sustentar o desenvolvimento dentro do novo paradigma. Reconhece-se, como sua condição, a centralidade do conhecimento e da educação”.

3 O CONTEXTO NEOLIBERAL E A CENTRALIDADE DA EDUCAÇÃO

Consoante às transformações ocorridas nas últimas décadas em escala global, a lógica econômica determina o que se entende como escola. Dentro dessa lógica, a escola é chamada a ser competitiva e deve se adaptar ao desejo de consumidores por uma propalada “inovação pedagógica”, vista como processo sedutor aos clientes. Nesta lógica ganha força um gerencialismo que substitui pouco a pouco o humanismo como sistema de inteligibilidade e legitimidade da atividade educativa. Importa a produtividade e eficiência aos moldes empresariais (máximo resultado com o menor custo) e não o conhecimento crítico emancipador.

No Brasil, a hibridação de modelos capitalismo, nacionalismo e neoliberalismo, com resultados agressivos, começaram, em larga escala, a ser justificada e mais praticada nas últimas décadas. Como ações mais aparentes, podemos citar a desregulamentação econômica e social, a íngreme liberalização comercial e a flexibilização do mercado sendo enaltecida a liberdade de escolha. Outra característica são os processos de privatização ou semiprivatização em ampla medida, realizados ou com agendamento marcado, em que o Estado entregou as chaves dos bens públicos, privatizando o controle da maioria do seu capital estatal, concedendo às empresas privadas, nacionais ou estrangeiras, a comercialização de serviços públicos. Como exemplo desta situação emblemática, nos anos 1990, temos os setores energético, de transportes e comunicações, principais alvos da política neoliberal da época. Sob os ventos da nova realidade econômica, o debate também chegou à educação, quando não foram descartadas as possibilidades dela trilhar caminho idêntico.

A propósito disso, podemos perceber que as próprias palavras desregulamentação e desestatização são indícios, figuramente negativos, que, na linguagem comunicativa ideológica da globalização, contêm implícita a afirmação de que o Estado é em demasia grande. Vemos que liberalização e privatização, termos correntes na retórica reformista, reproduzem mensagens que direcionam o mercado como a solução possível e eficaz. As opções aos que não querem fazer parte deste modelo indicam uma escolha que levaria ao isolamento, empobrecimento, atraso e exclusão.

A base de fundamentação desse sistema demanda menos Estado e mais mercado no direcionamento econômico e organização societal. Em outros termos, trata-se de realizar uma troca, de um modelo de ordenação e gestão econômico-social considerado em demasia burocrático, ineficiente e em crise, por outro modelo, dito transparente, sem complicações, impessoal, mais eficaz e acima de tudo, mundialmente radiante, de acordo com os fundamentos postulados por Smith, Hayek e Friedman.

Segundo a lente neoliberal, a educação está posta com centralidade na sociedade, devendo ser estimulada de forma a atender aos preceitos do mercado. Conforme o Banco Mundial existem tarefas imprescindíveis do capital para com a educação. A tarefa fundamental é alargar o mercado potencial de consumidores e a educação cumpre o papel de “produtora” de pessoas para o desenvolvimento laboral, consumismo e cidadania. Outra tarefa diz respeito à estabilidade política nos países para que mantenham seus sistemas educativos dedicados exclusivamente aos interesses das relações sociais capitalistas, ou seja, possuir garantia de governabilidade. Nesse sentido é que nasce a expressão, “mundo globalizado” ou “globalização educacional”, com os organismos internacionais atuando como verdadeiros ministérios da nova ordem mundial. Operando como tais, elaboram e orientam as reformas nacionais e em troca de financiamento cobram a implementação das suas orientações.

Consoante à orientação desses organismos, as opções apontadas valorizam o desempenho do aluno, da instituição e dos professores como podemos identificar, por exemplo, no Documento do Banco Mundial “*Prioridades y estrategias para La educación*” publicado em janeiro de 1996:

Hay mucho margen para un uso más generalizado de mecanismos de establecimiento de normas y de vigilancia de los resultados de la enseñanza (véase el Capítulo 4) y teóricamente para un mayor uso de las definiciones internacionalmente convenidas. La OCDE, por ejemplo, propone la vigilancia permanente de tres categorías de indicadores uniformes de rendimiento para sus países miembros, a saber, los resultados obtenidos por los estudiantes, los resultados del sistema y los resultados del mercado laboral. (BANCO MUNDIAL, 1996, p.9)

Como consequência desse monitoramento da qualidade da educação, a tendência é a realização de grandes ajustes curriculares, com estímulo à concorrência entre escolas pelo melhor desempenho, sendo esta tomada como critério para decisões relativas ao financiamento educacional. É dessa forma que podemos ver o controle pela via das orientações e condicionantes dos organismos internacionais no campo educacional.

Outro elemento presente no contexto neoliberal é a privatização do ensino. Friedman (1980, p.86) admite a educação patrocinada pelo Estado "justificada pelos efeitos laterais". No entanto, para esse autor, a condução do projeto de sistema educacional não deve ser competências do setor público, transferindo às dimensões do fazer educacional para a responsabilidade da iniciativa privada. Para Friedman, o fato de o Estado encarregar-se, de forma geral pela educação é considerado paternalismo:

A intervenção governamental no campo da educação pode ser interpretada de dois modos. O primeiro diz respeito aos 'efeitos laterais', isto é, circunstâncias sob as quais a ação de um indivíduo impõe custos significativos a outros indivíduos pelos quais não é possível forçar uma compensação, ou produz ganhos substanciais pelos quais também não é possível forçar uma compensação - circunstâncias estas que tornam a troca voluntária impossível. O segundo é o interesse paternalista pelas crianças e por outros indivíduos irresponsáveis. Efeitos laterais e paternalismos têm implicações muito diferentes (1) para a educação geral dos cidadãos e (2) a educação vocacional especializada (FRIEDMAN, 1980, p. 83).

Seguindo a lógica do Estado Mínimo, Friedman propõe a privatização das escolas, com a venda, inclusive, das instalações e dos prédios escolares e com a criação do "vale-educação", uma espécie de bônus que os pais trocariam pela educação de seus filhos em escolas particulares. Seguindo esta idéia, os pais de alunos passariam a ser ao mesmo tempo orientadores educacionais e clientes escolares. Friedman diz que "os pais poderiam expressar sua opinião a respeito das escolas diretamente, retirando seus filhos de uma escola e mandando-os para outra" (1980, p. 87). Podemos sinalizar melhor essa situação de tendência à privatização educacional tomando novamente como base o Documento do Banco Mundial:

Las altas tasas de rentabilidad privada de las inversiones en todos los niveles de educación justifican que las personas hagan inversiones considerables. Justifican también que las familias o los estudiantes autofinancien la educación mediante la participación en los costos, sea inmediata o diferida. Pero a pesar de la alta rentabilidad privada y de la justificación del financiamiento privado, también hay argumentos convincentes en favor de la intervención pública, especialmente en la educación básica, basados en la distribución del ingreso, las imperfecciones del mercado de capitales, la asimetría de la información y las externalidades. De hecho, la mayoría de los gobiernos intervienen mucho en todos los niveles de educación, y

esa actividad absorbe en muchos casos una porción considerable del gasto público. (BANCO MUNDIAL, 1996, p.15)

As tarefas explicitadas acima trazem pinceladas do apreço ao ensino privado, principalmente pela taxa de rentabilidade neste setor, além de novamente preconizar a priorização da educação básica principalmente nos países em desenvolvimento. De acordo com o documento do Banco Mundial, em relação à educação básica, ela se faz necessária na medida em que serve de alicerce para promoção do desenvolvimento econômico, pois serviria para melhorar a renda da população.

La estrategia del Banco Mundial para reducir la pobreza se concentra en la promoción del uso productivo del trabajo, que es el principal activo de los pobres, y en la prestación de servicios sociales básicos a los necesitados. Las inversiones en educación contribuyen a la acumulación de capital humano que es esencial para lograr ingresos más altos y un crecimiento económico sostenido. La educación, especialmente la educación básica (primaria y secundaria de primer ciclo), contribuye a reducir la pobreza al aumentar la productividad de los pobres, reducir la fecundidad y mejorar la salud, y al dotar a las personas de las aptitudes que necesitan para participar plenamente en la economía y en la sociedad. (BANCO MUNDIAL, 1996, p.6)

Longe de traduzir uma atitude benevolente do Banco, sua estratégia tem estreita conexão com discurso neoliberal sobre a educação e sobre os processos de competitividade entre os países e indivíduos. Como procuramos apontar, está posto o fato de que apenas alguns conseguirão “vencer”, daí a cultura da competição, como ajuste à lógica excludente. A educação plena seria dirigida somente a uma parcela da população, excluindo, evidentemente, a grande massa que para sustentar-se e manter a economia aquecida, necessitaria apenas dos conhecimentos adquiridos na Educação Básica. Em outros termos trata-se do “incentivo à livre iniciativa e ao desenvolvimento da criatividade”.

Documentos como este do Banco Mundial revelam uma preocupação com a pobreza que sob os olhos dos teóricos neoliberais pode tornar-se o agravante mais poderoso contra a hegemonia capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo procuramos abordar pressupostos liberais e neoliberais atinentes à educação. Vimos que a relação entre as ideias destas correntes e o sistema de ensino que propõem é passível de questionamentos diversos sob a luz da educação como direito de todos, na medida

em que, por exemplo, defendem a necessidade de uma educação popular, mas com muitas reservas. Ao longo dos anos, em atenção a estes preceitos, os Estados Nacionais têm adotado medidas educativas restritivas, isto é, que não atingem as populações inteiras e nem todos os ciclos educativos. Isto por que o cidadão possuidor de conhecimentos básicos, conforme expressão do próprio Banco Mundial conseguiria se adaptar ao sistema produtivo obtendo ganhos para si e, principalmente, para o próprio mercado.

Além disso, considerando o documento do Banco Mundial, percebemos sua fina sintonia entre os pressupostos (neo) liberais, sintonia esta traduzida em orientações que têm sido divulgadas aos países mais pobres do planeta objetivando ampla reforma no aparelho do Estado.

Vimos que o documento também defende uma educação mínima em que o Estado tenha responsabilidade sobre a oferta desta educação à população, embora somente o ensino básico deva ser alvo de investimentos públicos sob pena de a educação tornar-se um fardo muito pesado para as economias pobres e em desenvolvimento.

Concluimos que há pontos coincidentes entre as orientações existentes no documento do Banco Mundial “*Prioridades y estrategias para La educación*”, publicado pelo Banco em 1996 e os ideais neoliberais defendidos pelos principais teóricos desta corrente ideológica. Por fim, que a iniciativa do Banco Mundial, longe de se caracterizar em uma atitude benevolente, tem um caráter econômico muito mais do que social.

Em linhas gerais, este estudo demonstra como as perspectivas neoliberais querem manter a ênfase economicista no campo educacional. Baseiam-se em descartar a centralidade do Estado nas políticas públicas e manter imune o caráter econômico que justifica o investimento educacional implicando em transferência para esfera do mercado às decisões de investimento na educação.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estrategias para a educación**: Exame del Banco Mundial, Spanish, 1996.

FERRARO, Alceu Ravello. Liberalismo e educação: ou porque o Brasil não podia ir além de Mandeville. **Revista Brasileira de Educação**, V.14, n.41, Rio de Janeiro, maio/ago. 2009. Disponível em: < <http://dx.doi.org/>>. Acesso em 23 ago 2011.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo, Arte Nova, 1977.

_____ & FRIEDMAN, Rose. **Liberdade de escolher**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. Porto Alegre: Globo, 1977.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, p. 30-41, novembro/2001.

PAIVA, Vanilda e WARDE, Mirian Jorge. Novo paradigma de desenvolvimento e centralidade do ensino básico. **Educação & Sociedade**, n. 44, p. 11-32, abril/1993.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: Investigação sobre sua natureza e suas causas. Vol. II, livro quarto. São Paulo, Nova Cultural, 1985.